Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

ALEGO

Comum as Categorias de Analista Legislativo:

Arquiteto, Arquivologista, Assistente Social, Cirurgião-Dentista, Comunicador Social, Contador, Enfermeiro do Trabalho, Engenheiro Civil, Engenheiro do Trabalho, Engenheiro Eletricista, Fisioterapeuta, Médico Cardiologista, Médico Clínico, Médico do Trabalho, Médico Ginecologista, Médico Ortopedista, Médico Psiquiatra, Psicólogo Organizacional, Revisor Ortográfico e Segurança da Informação

Edital N° 1 do Concurso Público 1/2018

OT115-2018

NOVA CONCURSOS

DADOS DA OBRA

Título da obra: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO

Cargo: Comum as Categorias de Analista Legislativo:

(Baseado no Edital N° 1 do Concurso Público 1/2018)

• Língua Portuguesa
• Noções de Informática
• Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica de Goiás
• Legislação Administrativa

Autores
Cristiane Maria da Silva
Ovidio Lopes da Cruz Netto
Ananda Veduvoto
Silvia Helena

Gestão de Conteúdos
Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica
Elaine Cristina
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editoral
Suelen Domenica Pereira
Leandro Filho

Capa
Joel Ferreira dos Santos

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1
Acesse:
www.novaconcursos.com.br/passaporte

PASSO 2
Digite o código do produto no campo indicado no site.
O código encontra-se no verso da capa da apostila.
*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.
Ex: FV054-18

PASSO 3
Pronto!
Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 05
3 Domínio da ortografia oficial. 14
3.1 Emprego das letras. 14
3.2 Emprego da acentuação gráfica. 14
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 21
4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 21
4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais. 23
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 32
5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 55
5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 55
5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 69
5.4 Concordância verbal e nominal. 72
5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 78
5.6 Colocação dos pronomes átonos. 80
6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 89
6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 89
6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 89
7 Correspondência oficial. 95
7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 95
7.2 Adequação do formato do texto ao gênero. 95

Noções de Informática

1 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados ao uso de informática no ambiente de escritório. 01
2 Aplicativos e uso de ferramentas na internet e(ou) intranet. 23
3 Softwares aplicativos do pacote Microsoft Office (Word, Excel, Power Point e Outlook) e suas funcionalidades. 28
4 Sistema operacional Windows (Windows 7 ou superior). 59
5 Navegadores web (Google Chrome e Internet Explorer). 65
6 Rotinas de backup e prevenção de vírus. 67
7 Rotinas de segurança da informação e recuperação de arquivos. 67
8 Computação nas nuvens: acesso a distância e transferência de informação. 67
9 Aplicações e aplicativos em dispositivos móveis. 76

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica de Goiás

1 Formação econômica de Goiás. 01
1.1 A mineração no século XVIII. 01
1.2 A agropecuária nos séculos XIX e XX. 01
1.3 A estrada de ferro e a modernização da economia goiana. 01
1.4 As transformações econômicas com a construção de Goiânia e de Brasília: industrialização, infraestrutura e planejamento. 01
2 Aspectos da história política de Goiás. 03
2.1 A independência em Goiás. 03
2.2 O Coronelismo na República Velha 03
2.3 As oligarquias. 03
2.4 A Revolução de 1930. 03
2.5 A administração política, de 1930 até os dias atuais. 03

SUMÁRIO

3 Aspectos históricos e urbanísticos de Goiânia. 05
4 Aspectos da Cultura Goiana. 13
4.1 A culinária regional. 13
4.2 As festas religiosas. 13
4.3 O folclore goiano. 13
4.4 O patrimônio histórico-cultural e o turismo. 13
5 A população goiana. 16
5.1 Povoamento. 16
5.2 Movimentos migratórios. 16
5.3 Densidade e distribuição demográfica. 16
5.4 População economicamente ativa. 05
6 Os aspectos físicos do território goiano. 17
6.1 Hidrografia. 17
6.2 Clima. 17
6.3 Relevo. 17
6.4 Vegetação. 17

Legislação Administrativa

1 Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e institui o Plano de Classificação de Cargos da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás). 01
2 Resolução nº 1.073, de 10 de outubro de 2001 (que dispõe sobre o Regulamento Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás). 19

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 05
3 Domínio da ortografia oficial. 14
3.1 Emprego das letras. 14
3.2 Emprego da acentuação gráfica. 14
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 21
4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 21
4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais. 23
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 32
5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 55
5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 55
5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 69
5.4 Concordância verbal e nominal. 72
5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 78
5.6 Colocação dos pronomes átonos. 80
6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 89
6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 89
6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 89
7 Correspondência oficial. 95
7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 95
7.2 Adequação do formato do texto ao gênero. 95

1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

Leia o texto abaixo de Franz Kafka, *O silêncio das sereias:*

Prova de que até meios insuficientes - infantis mesmo podem servir à salvação:

Para se defender da sereias, Ulisses tapou o ouvidos com cera e se fez amarrar ao mastro. Naturalmente - e desde sempre - todos os viajantes poderiam ter feito coisa semelhante, exceto aqueles a quem as sereias já atraíam à distância; mas era sabido no mundo inteiro que isso não podia ajudar em nada. O canto das sereias penetrava tudo e a paixão dos seduzidos teria rebentado mais que cadeias e mastro. Ulisses porém não pensou nisso, embora talvez tivesse ouvido coisas a esse respeito. Confiou plenamente no punhado de cera e no molho de correntes e, com alegria inocente, foi ao encontro das sereias levando seus pequenos recursos.

As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio. Apesar de não ter acontecido isso, é imaginável que alguém tenha escapado ao seu canto; mas do seu silêncio certamente não. Contra o sentimento de ter vencido com as próprias forças e contra a altivez daí resultante - que tudo arrasta consigo - não há na terra o que resista.

E de fato, quando Ulisses chegou, as poderosas cantoras não cantaram, seja porque julgavam que só o silêncio poderia conseguir alguma coisa desse adversário, seja porque o ar de felicidade no rosto de Ulisses - que não pensava em outra coisa a não ser em cera e correntes - as fez esquecer de todo e qualquer canto.

Ulisses no entanto - se é que se pode exprimir assim - não ouviu o seu silêncio, acreditou que elas cantavam e que só ele estava protegido contra o perigo de escutá-las. Por um instante, viu os movimentos dos pescoços, a respiração funda, os olhos cheios de lágrimas, as bocas semiabertas, mas achou que tudo isso estava relacionado com as árias que soavam inaudíveis em torno dele. Logo, porém, tudo deslizou do seu olhar dirigido para a distância, as sereias literalmente desapareceram diante da sua determinação, e quando ele estava no ponto mais próximo delas, já não as levava em conta.

Mas elas - mais belas do que nunca - esticaram o corpo e se contorceram, deixaram o cabelo horripilante voar livre no vento e distenderam as garras sobre os rochedos. Já não queriam seduzir, desejavam apenas capturar, o mais longamente possível, o brilho do grande par de olhos de Ulisses.

Se as sereias tivessem consciência, teriam sido então aniquiladas. Mas permaneceram assim e só Ulisses escapou delas.

De resto, chegou até nós mais um apêndice. Diz-se que Ulisses era tão astucioso, uma raposa tão ladina, que mesmo a deusa do destino não conseguia devassar seu íntimo. Talvez ele tivesse realmente percebido - embora isso não possa ser captado pela razão humana - que as sereias haviam silenciado e se opôs a elas e aos deuses usando como escudo o jogo de aparências acima descrito.

(KAFKA, Franz. O silêncio das sereias. In. http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm)

O que nos diz Franz Kafka a respeito do silêncio das sereias? Por que o silêncio seria mais mortal do que o seu canto?

Ler um texto é muito mais do que decodificar um código, entender seu vocabulário. Isso porque o conjunto de palavras que compõem um texto são organizados de modo a produzir uma mensagem. Há várias formas de se ler um texto. Iniciamos primeiramente pela camada mais superficial, que é justamente o início da "tradução" do vocabulário apresentado. Compreendidas as palavras, ainda nesse primeiro momento, verificamos qual tipo de texto se trata: matéria de jornal, conto, poema. Entretanto, ainda assim não lemos esse conjunto de palavras em sua plenitude, isso porque ler é, antes de mais nada, interpretar.

A palavra interpretação significa, literalmente, explicar algo para si e para o outro. E explicar, outra palavra importante numa leitura, consiste em desdobrar algo que estava dobrado. Assim sendo, podemos entender que ler um texto é interpretá-lo, e para tanto se faz necessário desdobrar suas camadas, suas palavras, até fazê-las suas, para assim chegar a uma camada mais profunda do que a inicial – a da mera "tradução" das palavras.

Um texto é sempre escrito por alguém. Um autor, quando lança as palavras num papel, faz na intenção de passar uma mensagem específica para o leitor. Muitas vezes temos dificuldades em captar qual a mensagem ele está tentando nos dizer. Entretanto, algo é sempre importante lembrar: textos são feitos de palavras, e todas as ferramentas para se entender o texto estão no próprio texto, no modo como o autor organizou as palavras entre si.

Tudo isso pode ser resumido numa simples frase: texto é uma composição estruturada em camadas de sentido. Da mesma forma que para conhecer uma casa é preciso adentrá-la e entender sua estrutura, compreender um texto é decompô-lo, camada a camada, desde o conhecimento da autoria até o sentido final. Isso requer uma atitude ativa do leitor, e não meramente passiva.

Você já se perguntou por que em concursos públicos e vestibulares é sempre exigida interpretação textual? Pense. Não basta apenas conhecer as regras gramaticais de uma língua, também é importante entender os sentidos que essa língua pode expressar. Se não conseguimos interpretar um texto, como conseguiremos interpretar o mundo em que vivemos?

Assim sendo, ler o texto se faz da mesma forma que se lê o mundo: a partir de suas peculiaridades, ultrapassando a camada mais ingênua da vida e do texto, entendo as *entrelinhas* da mensagem, ou seja, o que está subentendido.

Quando falamos de leitura, falamos antes de níveis de leitura, pois é a partir desse processo que alcançamos uma interpretação efetiva. Vejamos:

1 – Níveis de leitura

a) Primeiro Nível – é o mais superficial e consiste em iniciar o aprendizado dos significados das palavras. É o próprio ato de decodificação de uma língua. Nesse nível ainda não é possível realizar a interpretação de um texto, já que não se possui ainda familiaridade com os sentidos de uma palavra.

b) Segundo Nível – é o contato mais familiar com um texto, através do conhecimento de qual gênero se trata (notícia, conto, poema), do seu autor e dos benefícios que essa leitura poderia trazer. Imagine você uma livraria. Há vários exemplares para escolher. Então você analisa o título do livro, o autor, lê rapidamente a contracapa e também um trecho do livro. O segundo nível da leitura diz respeito a essa primeira familiarização com um texto.

c) Terceiro Nível – é o momento da leitura propriamente dita. O primeiro passo é entender em qual gênero se encontram as palavras. Se forem textos de ficção (como conto, romance) devemos nos atentar às falas e ações das personagens. Caso se trate de uma crônica ou texto de opinião, é importante prestar atenção no vocabulário utilizado pelo autor, pois nestes gêneros as palavras são escolhidas minuciosamente a fim de explicitar um determinado sentido. Quando se tratar de um poema, também é importante analisar o vocabulário do poeta, lembrando-se que na poesia a mensagem sempre diz mais do que parece dizer.

No momento de interpretar um texto, geralmente ultrapassamos o terceiro nível da leitura, chegando ao quarto e quinto, quando precisamos reler o material em questão, centrando-se em partes específicas. Frente as perguntas de interpretação, cuidado com as opções muito generalizadoras, estas tentam confundir o leitor, já que representam apenas leituras superficiais do assunto. Por isso mesmo, sempre muita atenção no momento da leitura, para que não caia nas famosas "pegadinhas" dos avaliadores.

2) Ideia central

Um texto sempre apresenta uma ideia central e, muitas vezes, na primeira leitura não a captamos. Assim, algumas estratégias são válidas para atingir esse propósito.

1) Qual o gênero textual?
2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Caso você consiga responder essas perguntas certamente você terá as ferramentas necessárias para interpretar o texto.

Utilizemos como exemplo o texto de Franz Kafka citada anteriormente. Leia o texto novamente. Agora responda as questões:

1) Qual o gênero textual?
Trata-se de um conto, ou seja, um texto de ficção.

2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Utilizando as palavras do autor: *As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio*

3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
O autor parece nos dizer que o silêncio é mais mortal que a própria fala, ou seja, pode ferir mais.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
a) Muitos já escaparam do canto das sereias, nunca do seu silêncio;
b) Quando o herói Ulisses passa pelas sereias, elas não cantam, precisam de uma arma maior;
c) Ulisses foi mais astuto que as sereias – frente o silêncio mortal que elas lançavam, ele o ignorou, usando a mesma arma do inimigo para enfrentá-lo.

5) Quais as palavras mais recorrentes no texto?
Silêncio, canto, sereias, Ulisses, herói, astucioso.

Assim sendo, o texto que inicialmente parecia enigmático, após as respostas das perguntas sugeridas, parece mais claro. Ou seja, Franz Kafka se utiliza da ficção para nos dizer que a indiferença é uma arma mais mortal que o próprio enfrentamento.

Analisemos agora um poema, um dos mais conhecidos da literatura brasileira, *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade:

No Meio do Caminho – Carlos Drummond de Andrade

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra

(ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In. http://www.revistabula.com/391-os-dez-melhores-poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/)

A mensagem parece simples, mas se trata de um poema. Quando precisamos interpretar esse tipo de gênero, é essencial perceber que as palavras dizem mais do que o senso comum, por isso se faz importante interpretá-las com cuidado. Vamos às perguntas sugeridas:

1) Qual o gênero textual?
Poema

2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Tinha uma pedra no meio do caminho

3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
Pedra no caminho é uma frase de sentido popular que significa dificuldade. O poeta parece usar uma frase banal num poema para indicar que pedra é muito mais do que pedra, é uma dificuldade.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?

Através da repetição da frase "tinha uma pedra no meio caminho". Escrito diversas vezes, soa como uma lição a ser aprendida.

5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Pedra, meio, caminho

Quando realizamos essas perguntas, paramos para refletir sobre a mensagem do texto em questão. E mais, quando precisamos interpretar um texto, após a leitura inicial, é necessário ler detalhadamente cada parte (seja parágrafo, estrofe) e assim construir passo a passo o "desdobramento" do texto.

3) Dicas importantes para uma interpretação de texto

- Faça uma leitura inicial, a fim de se familiarizar com o vocabulário e o conteúdo;

- Não interrompa a leitura caso encontre palavras desconhecidas, tente inicialmente fazer uma leitura geral;

- Faça uma nova leitura, tentando captar as entrelinhas do texto, ou seja, a intenção do autor ao escrever esse material;

- Lembre-se que no texto não estão as suas ideias, e sim as do autor, por isso cuidado para não interpretar segundo o seu ponto de vista;

- Nas questões interpretativas, atente para as alternativas generalizadoras, as que apresentam palavras como *sempre, nunca, certamente, todo, tudo*, geralmente tentem confundir aquele que realiza uma leitura mais superficial;

- Das alternativas propostas, haverá uma completamente sem sentido (para captar o leitor mais desatento) e duas mais convincentes. Para escolher a correta, procure no texto indícios que a fundamente.

Exercícios

1. De acordo com o ditado popular "invejoso nunca medrou, nem quem perto dele morou",

a) o invejoso nunca teve medo, nem amedronta seus vizinhos;
b) enquanto o invejoso prospera, seus vizinhos empobrecem;
c) o invejoso não cresce e não permite o crescimento dos vizinhos;
d) o temor atinge o invejoso e também seus vizinhos;
e) o invejoso não provoca medo em seus vizinhos.

2. Leia e responda:

"O destino não é só dramaturgo, é também o seu próprio contra-regra, isto é, designa a entrada dos personagens em cena, dá-lhes as cartas e outros objetos, e executa dentro os sinais correspondentes ao diálogo, uma trovoada, um carro, um tiro."

Assinale a alternativa correta sobre esse fragmento de *D. Casmurro*, de Machado de Assis:

a) é de caráter narrativo;
b) é de caráter reflexivo;
c) evita-se a linguagem figurada;
d) é de caráter descritivo;
e) não há metalinguagem.

3. "Tão barato que não conseguimos nem contratar uma holandesa de olhos azuis para este anúncio."

No texto, a orientação semântica introduzida pelo termo nem estabelece uma relação de:

a) exclusão;
b) negação;
c) adição;
d) intensidade;
e) alternância.

Texto para a questão 4.

– Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?
– Esquece.
– Não. Como "esquece"? Você prefere falar errado? E o certo é "esquece" ou "esqueça"? Ilumine-me. Mo
diga. Ensines-lo-me, vamos.
– Depende.
– Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.
– Está bem. Está bem. Desculpe. Fale como quiser.
(L. F. Veríssimo, *Jornal do Brasil*, 30/12/94)

4. O texto tem por finalidade:

a) satirizar a preocupação com o uso e a colocação das formas pronominais átonas;
b) ilustrar ludicamente várias possibilidades de combinação de formas pronominais;
c) esclarecer pelo exemplo certos fatos da concordância de pessoa gramatical;
d) exemplificar a diversidade de tratamentos que é comum na fala corrente.
e) valorizar a criatividade na aplicação das regras de uso das formas pronominais.

5. Bem cuidado como é, o livro apresenta alguns defeitos. Começando com "O livro apresenta alguns defeitos", o sentido da frase não será alterado se continuar com:

a) desde que bem cuidado;
b) contanto que bem cuidado;
c) à medida que é bem cuidado;
d) tanto que é bem cuidado;
e) ainda que bem cuidado.

Texto para as questões 6 e 7.

"Eu considerei a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas.

Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com um mínimo de elementos.

De água e luz ele faz seu esplendor, seu grande mistério é a simplicidade. Considerei, por fim, que assim é o amor, oh minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz do teu olhar. Ele me cobre de glórias e me faz magnífico."

(Rubem Braga, *200 Crônicas Escolhidas*)

6. Nas três "considerações" do texto, o cronista preserva, como elemento comum, a idéia de que a sensação de esplendor:

a) ocorre de maneira súbita, acidental e efêmera;

b) é uma reação mecânica dos nossos sentidos estimulados;

c) decorre da predisposição de quem está apaixonado;

d) projeta-se além dos limites físicos do que a motivou;

e) resulta da imaginação com que alguém vê a si mesmo.

7. Atente para as seguintes afirmações:

I - O esplendor do pavão e o da obra de arte implicam algum grau de ilusão.

II - O ser que ama sente refletir em si mesmo um atributo do ser amado.

III - O aparente despojamento da obra de arte oculta os recursos complexos de sua elaboração.

De acordo com o que o texto permite deduzir, apenas:

a) as afirmações I e III estão corretas;

b) as afirmações I e II estão corretas;

c) as afirmações II e III estão corretas;

d) a afirmação I está correta;

e) a afirmação II está correta.

Texto para as questões 8 e 9.

"Em nossa última conversa, dizia-me o grande amigo que não esperava viver muito tempo, por ser um "cardisplicente".

– O quê?

– Cardisplicente. Aquele que desdenha do próprio coração.

Entre um copo e outro de cerveja, fui ao dicionário.

– "Cardisplicente" não existe, você inventou – triunfei.

– Mas seu eu inventei, como é que não existe? – espantou-se o meu amigo.

Semanas depois deixou em saudades fundas companheiros, parentes e bem-amadas. Homens de bom coração não deveriam ser cardisplicentes."

8. Conforme sugere o texto, "cardisplicente" é:

a) um jogo fonético curioso, mas arbitrário;

b) palavra técnica constante de dicionários especializados;

c) um neologismo desprovido de indícios de significação;

d) uma criação de palavra pelo processo de composição;

e) termo erudito empregado para criar um efeito cômico.

9. "– Mas se eu inventei, como é que não existe?"

Segundo se deduz da fala espantada do amigo do narrador, a língua, para ele, era um código aberto:

a) ao qual se incorporariam palavras fixadas no uso popular;

b) a ser enriquecido pela criação de gírias;

c) pronto para incorporar estrangeirismos;

d) que se amplia graças à tradução de termos científicos;

e) a ser enriquecido com contribuições pessoais.

Texto para as questões 10 e 11.

"A triste verdade é que passei as férias no calçadão do Leblon, nos intervalos do novo livro que venho penosamente perpetrando. Estou ficando cobra em calçadão, embora deva confessar que o meu momento calçadônido mais alegre é quando, já no caminho de volta, vislumbro o letreiro do hotel que marca a esquina da rua onde finalmente terminarei o programa-saúde do dia. Sou, digamos, um caminhante resignado. Depois dos 50, a gente fica igual a carro usado, é a suspensão, é a embreagem, é o radiador, é o contraplano do rolabrequim, é o contrafarto do mesocárdio epidítico, a falta da serotorpina folimolecular, é o que mecânicos e médicos disseram. Aí, para conseguir ir segurando a barra, vou acatando os conselhos. Andar é bom para mim, digo sem muita convicção a meus entediados botões, é bom para todos."

(João Ubaldo Ribeiro, *O Estado de S. Paulo*, 6/8/95)

10. No período que se inicia em "*Depois dos 50...*", o uso de termos (já existentes ou inventados) referentes a áreas diversas tem como resultado:

a) um tom de melancolia, pela aproximação entre um carro usado e um homem doente;

b) um efeito de ironia, pelo uso paralelo de termos da medicina e da mecânica;

c) uma certa confusão no espírito do leitor, devido à apresentação de termos novos e desconhecidos;

d) a invenção de uma metalinguagem, pelo uso de termos médicos em lugar de expressões corriqueiras;

e) a criação de uma metáfora existencial, pela oposição entre o ser humano e objetos.

11. Na frase "Aí, para conseguir ir segurando a barra, vou acatando os conselhos...". Aí será corretamente substituído, de acordo com seu sentido no texto, por:

a) Nesse lugar

b) Nesse instante

c) Contudo

d) Em conseqüência

e) Ao contrário

12. A prosopopéia, figura que se observa no verso "Sinto o canto da noite na boca do vento", ocorre em:

a) "A vida é uma ópera e uma grande ópera."

b) "Ao cabo tão bem chamado, por Camões, de 'Tormentório', os portugueses apelidaram-no de 'Boa Esperança'."

c) "Uma talhada de melancia, com seus alegres caroços."

d) "Oh! eu quero viver, beber perfumes, Na flor silvestre, que embalsama os ares."

e) "A felicidade é como a pluma..."

NOVA CONCURSOS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados ao uso de informática no ambiente de escritório. 01
2 Aplicativos e uso de ferramentas na internet e(ou) intranet. 23
3 Softwares aplicativos do pacote Microsoft Office (Word, Excel, Power Point e Outlook) e suas funcionalidades. 28
4 Sistema operacional Windows (Windows 7 ou superior). 59
5 Navegadores web (Google Chrome e Internet Explorer). 65
6 Rotinas de backup e prevenção de vírus. 67
7 Rotinas de segurança da informação e recuperação de arquivos. 67
8 Computação nas nuvens: acesso a distância e transferência de informação. 67
9 Aplicações e aplicativos em dispositivos móveis. 76

1 CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS AO USO DE INFORMÁTICA NO AMBIENTE DE ESCRITÓRIO.

HISTÓRICO

Os primeiros computadores construídos pelo homem foram idealizados como máquinas para processar números (o que conhecemos hoje como calculadoras), porém, tudo era feito fisicamente.

Existia ainda um problema, porque as máquinas processavam os números, faziam operações aritméticas, mas depois não sabiam o que fazer com o resultado, ou seja, eram simplesmente máquinas de calcular, não recebiam instruções diferentes e nem possuíam uma memória. Até então, os computadores eram utilizados para pouquíssimas funções, como calcular impostos e outras operações. Os computadores de uso mais abrangente apareceram logo depois da Segunda Guerra Mundial. Os EUA desenvolveram — secretamente, durante o período — o primeiro grande computador que calculava trajetórias balísticas. A partir daí, o computador começou a evoluir num ritmo cada vez mais acelerado, até chegar aos dias de hoje.

Código Binário, Bit e Byte

O sistema binário (ou código binário) é uma representação numérica na qual qualquer unidade pode ser demonstrada usando-se apenas dois dígitos: 0 e 1. Esta é a única linguagem que os computadores entendem. Cada um dos dígitos utilizados no sistema binário é chamado de Binary Digit (Bit), em português, dígito binário e representa a menor unidade de informação do computador.

Os computadores geralmente operam com grupos de bits. Um grupo de oito bits é denominado Byte. Este pode ser usado na representação de caracteres, como uma letra (A-Z), um número (0-9) ou outro símbolo qualquer (#, %, *,?, @), entre outros.

Assim como podemos medir distâncias, quilos, tamanhos etc., também podemos medir o tamanho das informações e a velocidade de processamento dos computadores. A medida padrão utilizada é o byte e seus múltiplos, conforme demonstramos na tabela abaixo:

1 BYTE	8 Bits	(1 caracter)
1 KILOBYTE (KB)	1024 Bytes	(milhares)
1 MEGABYTE (MB)	1024 KB	(milhões)
1 GIGABYTE (GB)	1024 MB	(bilhões)
1 TERABYTE 9TB)	1024 GB	(trilhões)

MAINFRAMES



Os computadores podem ser classificados pelo porte. Basicamente, existem os de grande porte — mainframes — e os de pequeno porte — microcomputadores — sendo estes últimos divididos em duas categorias: desktops ou torres e portáteis (notebooks, laptops, handhelds e smartphones).

Conceitualmente, todos eles realizam funções internas idênticas, mas em escalas diferentes.

Os mainframes se destacam por ter alto poder de processamento, muita capacidade de memória e por controlar atividades com grande volume de dados. Seu custo é bastante elevado. São encontrados, geralmente, em bancos, grandes empresas e centros de pesquisa.

CLASSIFICAÇÃO DOS COMPUTADORES

A classificação de um computador pode ser feita de diversas maneiras. Podem ser avaliados:

- Capacidade de processamento;
- Velocidade de processamento;
- Capacidade de armazenamento das informações;
- Sofisticação do software disponível e compatibilidade;
- Tamanho da memória e tipo de CPU (Central Processing Uni), Unidade Central de Processamento.

TIPOS DE MICROCOMPUTADORES

Os microcomputadores atendem a uma infinidade de aplicações. São divididos em duas plataformas: PC (computadores pessoais) e Macintosh (Apple).

Os dois padrões têm diversos modelos, configurações e opcionais. Além disso, podemos dividir os microcomputadores em desktops, que são os computadores de mesa, com uma torre, teclado, mouse e monitor e portáteis, que podem ser levados a qualquer lugar.

DESKTOPS

São os computadores mais comuns. Geralmente dispõem de teclado, mouse, monitor e gabinete separados fisicamente e não são movidos de lugar frequentemente, uma vez que têm todos os componentes ligados por cabos.

São compostos por:

- Monitor (vídeo)
- Teclado
- Mouse
- Gabinete: Placa-mãe, CPU (processador), memórias, drives, disco rígido (HD), modem, portas USB etc.

PORTÁTEIS

Os computadores portáteis possuem todas as partes integradas num só conjunto. Mouse, teclado, monitor e gabinete em uma única peça. Os computadores portáteis começaram a aparecer no início dos anos 80, nos Estados Unidos e hoje podem ser encontrados nos mais diferentes formatos e tamanhos, destinados a diferentes tipos de operações.

LAPTOPS

Também chamados de notebooks, são computadores portáteis, leves e produzidos para serem transportados facilmente. Os laptops possuem tela, geralmente de Liquid Crystal Display (LCD), teclado, mouse (touchpad), disco rígido, drive de CD/DVD e portas de conexão. Seu nome vem da junção das palavras em inglês lap (colo) e top (em cima), significando "computador que cabe no colo de qualquer pessoa".

NETBOOKS_

São computadores portáteis muito parecidos com o notebook, porém, em tamanho reduzido, mais leves, mais baratos e não possuem drives de CD/ DVD.

PDA

É a abreviação do inglês Personal Digital Assistant e também são conhecidos como palmtops. São computadores pequenos e, geralmente, não possuem teclado. Para a entrada de dados, sua tela é sensível ao toque. É um assistente pessoal com boa quantidade de memória e diversos programas para uso específico.

SMARTPHONES

São telefones celulares de última geração. Possuem alta capacidade de processamento, grande potencial de armazenamento, acesso à Internet, reproduzem músicas, vídeos e têm outras funcionalidades.

Sistema de Processamento de Dados

Quando falamos em "Processamento de Dados" tratamos de uma grande variedade de atividades que ocorre tanto nas organizações industriais e comerciais, quanto na vida diária de cada um de nós.

Para tentarmos definir o que seja processamento de dados temos de ver o que existe em comum em todas estas atividades. Ao analisarmos, podemos perceber que em todas elas são dadas certas informações iniciais, as quais chamamos de dados.

E que estes dados foram sujeitos a certas transformações, com as quais foram obtidas as informações.

O processamento de dados sempre envolve três fases essenciais: Entrada de Dados, Processamento e Saída da Informação.

Para que um sistema de processamento de dados funcione ao contento, faz-se necessário que três elementos funcionem em perfeita harmonia, são eles:

Hardware

Hardware é toda a parte física que compõe o sistema de processamento de dados: equipamentos e suprimentos tais como: CPU, disquetes, formulários, impressoras.

Software

É toda a parte lógica do sistema de processamento de dados. Desde os dados que armazenamos no hardware, até os programas que os processam.

Peopleware

Esta é a parte humana do sistema: usuários (aqueles que usam a informática como um meio para a sua atividade fim), programadores e analistas de sistemas (aqueles que usam a informática como uma atividade fim).

Embora não pareça, a parte mais complexa de um sistema de processamento de dados é, sem dúvida o Peopleware, pois por mais moderna que sejam os equipamentos, por mais fartos que sejam os suprimentos, e por mais inteligente que se apresente o software, de nada adiantará se as pessoas (peopleware) não estiverem devidamente treinadas a fazer e usar a informática.

O alto e acelerado crescimento tecnológico vem aprimorando o hardware, seguido de perto pelo software. Equipamentos que cabem na palma da mão, softwares que transformam fantasia em realidade virtual não são mais novidades. Entretanto ainda temos em nossas empresas pessoas que sequer tocaram algum dia em um teclado de computador.

Mesmo nas mais arrojadas organizações, o relacionamento entre as pessoas dificulta o trâmite e consequente processamento da informação, sucateando e subutilizando equipamentos e softwares. Isto pode ser vislumbrado, sobretudo nas instituições públicas.

POR DENTRO DO GABINETE



Identificaremos as partes internas do computador, localizadas no gabinete ou torre:

- Motherboard (placa-mãe)
- Processador
- Memórias
- Fonte de Energia
- Cabos
- Drivers
- Portas de Entrada/Saída

MOTHERBOARD (PLACA-MÃE)



É uma das partes mais importantes do computador. A motherboard é uma placa de circuitos integrados que serve de suporte para todas as partes do computador.

Praticamente, tudo fica conectado à placa-mãe de alguma maneira, seja por cabos ou por meio de barramentos.

A placa mãe é desenvolvida para atender às características especificas de famílias de processadores, incluindo até a possibilidade de uso de processadores ainda não lançados, mas que apresentem as mesmas características previstas na placa.

A placa mãe é determinante quanto aos componentes que podem ser utilizados no micro e sobre as possibilidades de upgrade, influenciando diretamente na performance do micro.

Diversos componentes integram a placa-mãe, como:

• Chipset

Denomina-se chipset os circuitos de apoio ao microcomputador que gerenciam praticamente todo o funcionamento da placa-mãe (controle de memória cache, DRAM, controle do buffer de dados, interface com a CPU, etc.).

O chipset é composto internamente de vários outros pequenos chips, um para cada função que ele executa. Há um chip controlador das interfaces IDE, outro controlador das memórias, etc. Existem diversos modelos de chipsets, cada um com recursos bem diferentes.

Devido à complexidade das motherboards, da sofisticação dos sistemas operacionais e do crescente aumento do clock, o chipset é o conjunto de CIs (circuitos integrados) mais importante do microcomputador. Fazendo uma analogia com uma orquestra, enquanto o processador é o maestro, o chipset seria o resto!

• BIOS

O BIOS (Basic Input Output System), ou sistema básico de entrada e saída, é a primeira camada de software do micro, um pequeno programa que tem a função de "iniciar" o microcomputador. Durante o processo de inicialização, o BIOS é o responsável pelo reconhecimento dos componentes de hardware instalados, dar o boot, e prover informações básicas para o funcionamento do sistema.

O BIOS é a camada (vide diagrama 1.1) que viabiliza a utilização de Sistemas Operacionais diferentes (Linux, Unix, Hurd, BSD, Windows, etc.) no microcomputador. É no BIOS que estão descritos os elementos necessários para operacionalizar o Hardware, possibilitando aos diversos S.O. acesso aos recursos independe de suas características específicas.



Diagrama 1.1 - Diagrama de nível de um sistema computacional

O BIOS é gravado em um chip de memória do tipo EPROM (Erased Programmable Read Only Memory). É um tipo de memória "não volátil", isto é, desligando o computador não há a perda das informações (programas) nela contida. O BIOS é contem 2 programas: POST (Power On Self Test) e SETUP para teste do sistema e configuração dos parâmetros de inicialização, respectivamente, e de funções básicas para manipulação do hardware utilizadas pelo Sistema Operacional.

Quando inicializamos o sistema, um programa chamado POST conta a memória disponível, identifica dispositivos plug-and-play e realiza uma checagem geral dos componentes instalados, verificando se existe algo de errado com algum componente. Após o término desses testes, é emitido um relatório com várias informações sobre o hardware instalado no micro. Este relatório é uma maneira fácil e rápida de verificar a configuração de um computador. Para paralisar a imagem tempo suficiente para conseguir ler as informações, basta pressionar a tecla "pause/break" do teclado.

Caso seja constatado algum problema durante o POST, serão emitidos sinais sonoros indicando o tipo de erro encontrado. Por isso, é fundamental a existência de um alto-falante conectado à placa mãe.

Atualmente algumas motherboards já utilizam chips de memória com tecnologia flash. Memórias que podem ser atualizadas por software e também não perdem seus dados quando o computador é desligado, sem necessidade de alimentação permanente.

As BIOS mais conhecidas são: AMI, Award e Phoenix. 50% dos micros utilizam BIOS AMI.

• Memória CMOS

CMOS (Complementary Metal-Oxide Semicondutor) é uma memória formada por circuitos integrados de baixíssimo consumo de energia, onde ficam armazenadas as informações do sistema (setup), acessados no momento do BOOT. Estes dados são atribuídos na montagem do microcomputador refletindo sua configuração (tipo de winchester, números e tipo de drives, data e hora, configurações gerais, velocidade de memória, etc.) permanecendo armazenados na CMOS enquanto houver alimentação da bateria interna. Algumas alterações no hardware (troca e/ou inclusão de novos componentes) podem implicar na alteração de alguns desses parâmetros.

Muitos desses itens estão diretamente relacionados com o processador e seu chipset e portanto é recomendável usar os valores default sugerido pelo fabricante da BIOS. Mudanças nesses parâmetros pode ocasionar o travamento da máquina, intermitência na operação, mau funcionamento dos drives e até perda de dados do HD.

• Slots para módulos de memória

Na época dos micros XT e 286, os chips de memória eram encaixados (ou até soldados) diretamente na placa mãe, um a um. O agrupamento dos chips de memória em módulos (pentes), inicialmente de 30 vias, e depois com 72 e 168 vias, permitiu maior versatilidade na composição dos bancos de memória de acordo com as necessidades das aplicações e dos recursos financeiros disponíveis.

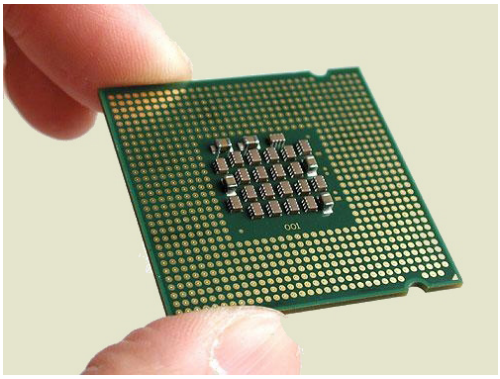
Durante o período de transição para uma nova tecnologia é comum encontrar placas mãe com slots para mais de um modelo. Atualmente as placas estão sendo produzidas apenas com módulos de 168 vias, mas algumas comportam memórias de mais de um tipo (não simultaneamente): SDRAM, Rambus ou DDR-SDRAM.

• Clock

Relógio interno baseado num cristal de Quartzo que gera um pulso elétrico. A função do clock é sincronizar todos os circuitos da placa mãe e também os circuitos internos do processador para que o sistema trabalhe harmonicamente.

Estes pulsos elétricos em intervalos regulares são medidos pela sua frequência cuja unidade é dada em hertz (Hz). 1 MHz é igual a 1 milhão de ciclos por segundo. Normalmente os processadores são referenciados pelo clock ou frequência de operação: Pentium IV 2.8 MHz.

PROCESSADOR



O microprocessador, também conhecido como processador, consiste num circuito integrado construído para realizar cálculos e operações. Ele é a parte principal do computador, mas está longe de ser uma máquina completa por si só: para interagir com o usuário é necessário memória, dispositivos de entrada e saída, conversores de sinais, entre outros.

É o processador quem determina a velocidade de processamento dos dados na máquina. Os primeiros modelos comerciais começaram a surgir no início dos anos 80.

• Clock Speed ou Clock Rate

É a velocidade pela qual um microprocessador executa instruções. Quanto mais rápido o clock, mais instruções uma CPU pode executar por segundo.

Usualmente, a taxa de clock é uma característica fixa do processador. Porém, alguns computadores têm uma "chave" que permite 2 ou mais diferentes velocidades de clock. Isto é útil porque programas desenvolvidos para trabalhar em uma máquina com alta velocidade de clock podem não trabalhar corretamente em uma máquina com velocidade de clock mais lenta, e vice versa. Além disso, alguns componentes de expansão podem não ser capazes de trabalhar a alta velocidade de clock.

Assim como a velocidade de clock, a arquitetura interna de um microprocessador tem influência na sua performance. Dessa forma, 2 CPUs com a mesma velocidade de clock não necessariamente trabalham igualmente. Enquanto um processador Intel 80286 requer 20 ciclos para multiplicar 2 números, um Intel 80486 (ou superior) pode fazer o mesmo cálculo em um simples ciclo. Por essa razão, estes novos processadores poderiam ser 20 vezes mais rápido que os antigos mesmo se a velocidade de clock fosse a mesma. Além disso, alguns microprocessadores são superescalar, o que significa que eles podem executar mais de uma instrução por ciclo.

Como as CPUs, os barramentos de expansão também têm a sua velocidade de clock. Seria ideal que as velocidades de clock da CPU e dos barramentos fossem a mesma para que um componente não deixe o outro mais lento. Na prática, a velocidade de clock dos barramentos é mais lenta que a velocidade da CPU.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

1 Formação econômica de Goiás. 01
1.1 A mineração no século XVIII. 01
1.2 A agropecuária nos séculos XIX e XX. 01
1.3 A estrada de ferro e a modernização da economia goiana. 01
1.4 As transformações econômicas com a construção de Goiânia e de Brasília: industrialização, infraestrutura e planejamento. 01
2 Aspectos da história política de Goiás. 03
2.1 A independência em Goiás. 03
2.2 O Coronelismo na República Velha 03
2.3 As oligarquias. 03
2.4 A Revolução de 1930. 03
2.5 A administração política, de 1930 até os dias atuais. 03
3 Aspectos históricos e urbanísticos de Goiânia. 05
4 Aspectos da Cultura Goiana. 13
4.1 A culinária regional. 13
4.2 As festas religiosas. 13
4.3 O folclore goiano. 13
4.4 O patrimônio histórico-cultural e o turismo. 13
5 A população goiana. 16
5.1 Povoamento. 16
5.2 Movimentos migratórios. 16
5.3 Densidade e distribuição demográfica. 16
5.4 População economicamente ativa. 05
6 Os aspectos físicos do território goiano. 17
6.1 Hidrografia. 17
6.2 Clima. 17
6.3 Relevo. 17
6.4 Vegetação. 17

1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS. 1.1 A MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII. 1.2 A AGROPECUÁRIA NOS SÉCULOS XIX E XX. 1.3 A ESTRADA DE FERRO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA. 1.4 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS COM A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA E DE BRASÍLIA: INDUSTRIALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO.

A Economia do Ouro no Brasil

O elemento que legitimava as ações de controle político e econômico da metrópole sobre a colônia era o Pacto Colonial, este tornava a segunda uma extensão da primeira e por isso nela vigoravam todos os mandos e desmandos do soberano, inclusive havia grande esforço da metrópole no sentido de reprimir a dedicação a outras atividades que não fossem a extração aurífera, tais como agricultura e pecuária, que inicialmente existiam estritamente para a subsistência. A explicação para tal intransigência era simples: aumentar a arrecadação pela elevação da extração.

A metrópole Portuguesa em contrapartida cabia apenas o bônus de receber os tributos respaldados pelo pacto colonial e direcionar uma parte para manutenção dos luxos da coroa e do clero e outra, uma boa parte desse numerário, era canalizada para a Inglaterra com quem a metrópole mantinha alguns tratados comerciais que serviam apenas para canalizar o ouro para o sistema financeiro inglês.

Um dos fatores que contribuiu para o sucesso da empresa mineradora foi sem nenhuma sombra de dúvidas o trabalho compulsório dos escravos indígenas e africanos, expostos a condições de degradação, tais como: grande período de exposição ao sol, manutenção do corpo por longas horas mergulhado parcialmente em água e em posições inadequadas. Além disso, ainda eram submetidos a violências diversas, que os mutilavam fisicamente e psicologicamente de forma irremediável. Sob essas condições em média os escravos tinham uma sobrevida de oito anos.

A Produção de Ouro Em Goiás

A partir do ano de 1725 o território goiano inicia sua produção aurífera. Os primeiros anos são repletos de achados. Vários arraiais vão se formando onde ocorrem os novos descobertas, o ouro extraído das datas era fundido na Capitania de São Paulo. Os primeiros arraiais vão se formando aos arredores do rio vermelho, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Santa Rita que contribuíram para a atração da população. À medida que vão surgindo novos descobertos os arraiais vão se multiplicando por todo o território. Toda essa expansão demográfica serviu para disseminar focos de população em várias partes do território e, dessa forma, estruturar economicamente e administrativamente várias localidades, mesmo que sobre o domínio da metrópole Portuguesa, onde toda produção que não sofria o descaminho era taxada.

Apesar de todo o empenho que era direcionado para a contenção do contrabando, como a implantação de casas de fundição, isolamento de minas, proibição de utilização de caminhos não oficiais, revistas rigorosas, e aplicação de castigos penosos aos que fossem pegos praticando; o contrabando se fazia presente, primeiro devido à insatisfação do povo em relação a grande parte do seu trabalho, que era destinada ao governo, e, em segundo, em razão da incapacidade de controle efetivo de uma região enorme.

Os dados oficiais disponíveis sobre a produção aurífera na época são inconsistentes por não serem resultado de trabalho estatístico, o que contribui para uma certa disparidade de dados obtidos em obras distintas, mesmo assim retratam uma produção tímida ao ser comparado a Minas Gerais. A produção do ouro em Goiás de 1730 a 1734 atingiu 1.000 kg, o pico de produção se dá de 1750 a 1754, sendo um total de 5.880 kg. Há vários relatos de que o ano de maior produção foi o de 1.753, já de 1785 a 1789, a produção fica em apenas 1.000 kg, decaindo nos anos seguintes.

A Decadência da Mineração

A diminuição da produtividade das minas é a característica marcante do início da decadência do sistema, esse fenômeno passa a ocorrer já nos primeiros anos após a descoberta. Com a exaustão das minas superficiais e o fim dos novos descobertos, fatores dinâmicos da manutenção do processo expansionista da mineração aurífera, a economia entra em estagnação, o declínio da população ocasionado pelo fim da imigração reflete claramente a desaceleração de vários setores como o comércio responsável pela manutenção da oferta de gêneros oriundos das importações. A agropecuária que, embora sempre orientada para a subsistência, fornecia alguns elementos e o próprio setor público sofria com a queda da arrecadação.

Após verificar o inevitável esgotamento do sistema econômico baseado na extração do ouro a partir do segundo quartel do século XVIII, o governo Português implanta algumas medidas visando reerguer a economia no território, dentre elas o incentivo à agricultura e à manufatura, e a navegação dos rios Araguaia, Tocantins, e Paranaíba, que se fizeram indiferentes ao desenvolvimento do sistema. Ocorre então a falência do sistema e o estabelecimento de uma economia de subsistência, com ruralização da população e o consequente empobrecimento cultural.

Agropecuária nos séculos XIX e XX

A característica básica do século XIX foi a transição da economia extrativa mineral para a agropecuária, os esforços continuados do império em estabelecer tal economia acabaram se esbarrando, nas restrições legais que foram impostas inicialmente, como forma de coibir tais atividades, a exemplo da taxação que recaía sobre os agricultores, e também em outros fatores de ordem econômica, como a inexistência de um sistema de escoamento adequado, o que inviabilizava as exportações pelo alto custo gerado, e cultural, onde predominava o preconceito contra as atividades agropastoris, já que a profissão de minerador gerava status social na época.

Desse modo a agricultura permaneceu orientada basicamente para a subsistência em conjunto com as trocas intra regionais, já a pecuária se potencializou devido à capacidade do gado em se mover até o destino e a existência de grandes pastagens naturais em certas localidades, favorecendo a pecuária extensiva. Nesse sentido, os pecuaristas passam a atuar de forma efetiva na exportação de gado fornecendo para a Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Pará.

Goiás chegou ao século XX como um território de representatividade economica. Nesse século iria se concretizar a agropecuária no Estado, como consequência do processo de expansão da fronteira agrícola para a região central do país. Nas primeiras décadas do século em questão, o Estado permaneceu com baixíssima densidade demográfica, onde a maioria da população se encontrava espalhada por áreas remotas do território, modificando-se apenas na segunda metade do mesmo século. O deslocamento da fronteira agrícola para as regiões centrais do país foi resultado da própria dinâmica do desenvolvimento de regiões como São Paulo, Minas Gerais e o Sul do País, que ao adaptarem sua economia com os princípios capitalistas realizaram uma inversão de papéis, onde regiões que eram consumidoras de produtos de primeira necessidade passaram a produzir tais produtos e as regiões centrais, antes produtoras desses produtos passaram a produzir os produtos industrializados que antes eram importados.

As estradas de ferro e a modernização da economia de goiana e as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília.

A distância do estado em relação aos principais centros exportadores onerava a produção goiana, inviabilizando a comercialização dos excedentes agrários, acrescenta-se a isso o fato do elevado custo do dia de trabalho nas empreitas, que chegava a ser superior ao preço da terra, dificultando o desenvolvimento do processo produtivo agrícola. Para Estevam in Ferreira, I. M. e Mendes, E. P. P.(2009), "as relações socioeconômicas em Goiás, durante as primeiras décadas do século XX, permaneceram nos trâmites tradicionais até a década de 1960". "A implantação das ferrovias que davam acesso a São Paulo possibilitou a ampliação da demanda agrícola e a valorização das terras goianas".

O crescimento e a especialização da agropecuária em Goiás ocorreram a partir das primeiras décadas do século XX graças ao avanço da fronteira agrícola do Sudeste. Outros fatores que deram sustentação para tal expansão foi à implantação de uma infraestrutura de transporte, as mudanças político institucionais após 1930 e a construção de duas capitais (Goiânia e Brasília).

Embora a economia goiana tivesse uma aparente autonomia, a especialização da produção agrária deu-se, principalmente em decorrência da demanda criada pela economia paulista, que era responsável pelo fornecimento dos produtos primários e representava um mercado para os produtos de uma indústria emergente. Segundo Ferreira, I. M. e Mendes, E. P. P.(2009):

"Goiás passou a substituir as rotas comerciais nordestinas, integrando-se ao mercado brasileiro como produção marginal, em que o fator de produção mais atrativo era a própria terra. O sistema produtivo era pouco diversificado, apoiando-se na produção de arroz e na criação de gado. A construção de Goiânia, na década de 1930, e a divulgação política agrária de uma 'Marcha para o Oeste' aceleraram o processo de reorganização espacial. O projeto de colonização agrícola nacional de Goiás deixou marcas na estrutura local. A integração de Goiás ao circuito do mercado brasileiro apoiou-se no sistema exportador ferroviário. Em 1935 chega até Anápolis a Estrada de Ferro Goiás, trazendo à região as demandas paulistas por produtos alimentícios, auxiliada por duas outras ferrovias – a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que chegava até Barretos (SP), e a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que ligava Campinas (SP) a Araguari (MG). A rede ferroviária proporcionou estreitamento da articulação inter-regional com São Paulo, convertendo o Triângulo Mineiro em entreposto mercantil e, ainda, incrementou a urbanização e fomentou a produção agrícola comercial, embora não tenha eliminado as relações tradicionais de trabalho".

Foi com a crise internacional de 1929 que se deu a organização da produção, tendo como base uma economia primário-exportadora. Assim, Goiás passou a atuar como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas ao mercado brasileiro, sendo gradativamente, incorporado ao processo produtivo nacional.

A incorporação de Goiás à economia brasileira é reforçada no final da década de 60 e início de 70, pela estratégia de ocupação da Amazônia e do Planalto Central. Visando ampliar o mercado e os investimentos em infraestrutura, integrando o Centro-Oeste aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira.

Texto adaptado de: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-08/executor---poder-executivo-de-goiAs_-desenvolvimento-regional-princlpios-de-qualidade-e-gestAo-estratEgica.pdf

Fonte:http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/amineracao-em-goias-e-o-desenvolvimento-do-estado.pdf

2 ASPECTOS DA HISTÓRIA POLÍTICA DE GOIÁS. 2.1 A INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS. 2.2 O CORONELISMO NA REPÚBLICA VELHA. 2.3 AS OLIGARQUIAS. 2.4 A REVOLUÇÃO DE 1930. 2.5 A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA, DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Colonização e Independência em Goiás

Após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, durante os séculos XVI e XVII, o território goiano começou a receber diversas expedições exploratórias. Vindas de São Paulo, as Bandeiras tinham como objetivo a captura de índios para o uso como mão de obra escrava na agricultura e minas. Outras expedições saíam do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Ambas passavam pelo território, mas não criavam vilas permanentes, nem mantinham uma população em número estável na região. A ocupação, propriamente dita, só se tornou mais efetiva com a descoberta de ouro nessas regiões. Na época, havia sido achado ouro em Minas Gerais, próximo a atual cidade de Ouro Preto (1698), e em Mato Grosso, próximo a Cuiabá (1718). Como havia uma crença, vinda do período renascentista, que o ouro era mais abundante quanto mais próximo ao Equador e no sentido leste-oeste, a busca de ouro no "território dos Goyazes", passou a ser foco de expedições pela região.

O ouro goiano era principalmente de aluvião (retirado na superfície dos rios, pela peneiragem do cascalho), e se tornou escasso depois de 1770. Com o enfraquecimento da extração, a região passou a viver principalmente da pequena agricultura de subsistência e de alguma pecuária.

Durante o período colonial, as divisas entre províncias eram difíceis de serem definidas com exatidão, muitas vezes sendo definidas de forma a serem coincidentes com os limites das paróquias ou através de deliberações políticas vindas do poder central. No entanto, no decorrer do processo de consolidação do Estado de Goiás, o território sofreu diversas divisões, com três perdas significativas no período colonial.

O território que hoje é o Estado de Goiás foi administrado pela Capitania de São Paulo. Seu poder não era tão extenso, ficando distante das populações e, também, dos rendimentos. A medida que se achava ouro pelas terras do sertão brasileiro, o governo português buscava aproximar-se da região produtora. Isso aconteceu em Goiás depois da descoberta de ouro no século XVIII. Como uma forma de controlar melhor a produção de ouro, evitando o contrabando, responder mais rapidamente aos ataques de índios da região e controlar revoltas entre os mineradores, foi criado através de alvará régio a Capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em 1744, com a divisão efetivada em 1748, pela chegada do primeiro governador a Vila Boa de Goyaz, Dom Marcos de Noronha.

A partir de 1780, com o esgotamento das jazidas auríferas, a Capitania de Goiás iniciou um processo de ruralização e regressão a uma economia de subsistência, gerando graves problemas financeiros, pela ausência de um produto básico rentável.Para tentar reverter esta situação, o governo português passou a incentivar e promover a agricultura em Goiás, sem grandes resultados, já que havia temor dos agricultores ao pagamento de dízimos; desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, pouco rentável; a ausência de um mercado consumidor; e dificuldade de exportação, pela ausência de um sistema viário.

Com a Independência do Brasil, em 1822, a Capitania de Goiás foi elevada à categoria de província. Porém, essa mudança não alterou a realidade socioeconômica de Goiás, que continuava vivendo um quadro de pobreza e isolamento. As pequenas mudanças que ocorreram foram apenas de ordem política e administrativa.

Nas últimas décadas do século XIX, os grupos locais insatisfeitos fundaram partidos políticos: O Liberal, em 1878, e o Conservador, em 1882. Também fundaram jornais para divulgarem suas ideias: Tribuna Livre, Publicador Goiano, Jornal do Comércio e Folha de Goyaz. Com isso, representantes próprios foram enviados à Câmara Alta, fortalecendo grupos políticos locais e lançando as bases para as futuras oligarquias.

As oligarquias e o coronelismo na República Velha

A proclamação da República (15/11/1889) não alterou os problemas socioeconômicos enfrentados pela população goiana, em especial pelo isolamento proveniente da carência dos meios de comunicação, com a ausência de centros urbanos e de um mercado interno e com uma economia de subsistência. As elites dominantes continuaram as mesmas. As mudanças advindas foram apenas administrativas e políticas.

A primeira fase da República em Goiás, até 1930, foi marcada pela disputa das elites oligárquicas goianas pelo poder político: Os Bulhões, os Fleury, e os Jardim Caiado. Até o ano de 1912, prevaleceu na política goiana a elite oligárquica dos Bulhões, liderada por José Leopoldo de Bulhões, e a partir desta data até 1930, a elite oligárquica dominante passa a ser dos Jardim Caiado, liderada por Antônio Ramos Caiado.

A partir de 1891, o Estado começou a vivenciar certo desenvolvimento com a instalação do telégrafo em Goiás para a transmissão de notícias. Com a chegada da estrada de ferro em território goiano, no início do século XX, a urbanização na região sudeste começou a ser incrementada o que facilitou, também, a produção de arroz para exportação. Contudo, por falta de recursos financeiros, a estrada de ferro não se prolongou até a capital e o norte goiano, que permanecia praticamente incomunicável. O setor mais dinâmico da economia era a pecuária e predominava no estado o latifúndio.

A Revolução de 1930 e a administração política de 1930 até os dias atuais.

Com a revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas na Presidência da República do Brasil, foram registradas mudanças no campo político. Destituídos os governantes, Getúlio Vargas colocou em cada estado um governo provisório composto por três membros. Em Goiás, um deles foi o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que, dias depois, foi nomeado interventor. O governo adotou como meta trazer o desenvolvimento para o estado, resolver os problemas do transporte, da educação, da saúde e da exportação. Além disso, a revolução de 30 em Goiás deu início à construção de Goiânia.

A construção de Goiânia

A mudança da capital de Goiás já havia sido pensada em governos anteriores, mas foi viabilizada somente a partir da revolução de 30 e seus ideais de "progresso" e "desenvolvimento". A região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se edificaria a nova capital por apresentar melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas, e pela proximidade da estrada de ferro.

No dia 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental. Dois anos depois, em 07 de novembro de 1935 foi iniciada a mudança provisória da nova capital. O nome "Goiânia", sugerido pelo professor Alfredo de Castro, foi escolhido em um concurso promovido pelo semanário "O Social".

A transferência definitiva da nova capital, da Cidade de Goiás para Goiânia, se deu no dia 23 de março de 1937, por meio do decreto 1.816. Em 05 de julho de 1942, quando foi realizado o "batismo cultural", Goiânia já contava com mais de 15 mil habitantes.

A partir de 1940, Goiás passa a crescer em ritmo acelerado também em virtude do desbravamento do Mato Grosso Goiano, da campanha nacional de "Marcha para o Oeste" e da construção de Brasília. A população do Estado se multiplicou, estimulada pela forte imigração, oriunda principalmente dos Estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. A urbanização foi provocada essencialmente pelo êxodo rural. Contudo, a urbanização neste período não foi acompanhada de industrialização. A economia continuava predominantemente baseada no setor primário (agricultura e pecuária) e continuava vigente o sistema latifundiário.

A criação de Brasília

A construção e a inauguração de Brasília, em 1960, como capital federal, foi um dos marcos deixados na história do Brasil pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Essa mudança, visando um projeto especifico, buscava ampliar a integração nacional, mas JK, no entanto, não foi o primeiro a propô-la, assim como Goiás nem sempre foi o lugar projetado para essa experiência.

As primeiras capitais do Brasil, Salvador e Rio de Janeiro, tiveram como característica fundamental o fato de serem cidades litorâneas, explicado pelo modelo de ocupação e exploração empreendido pelos portugueses anteriormente no continente africano e asiático. À medida que a importância econômica da colônia aumentava para a manutenção do reino português, as incursões para o interior se tornavam mais frequentes. A percepção da fragilidade em ter o centro administrativo próximo ao mar, no entanto, fez que muitos intelectuais e políticos portugueses discutissem a transferência da capital da colônia – e até mesmo do império – para regiões mais interiores do território. Um dos mais importantes apoiadores desse projeto foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1751.

A transferência também era uma das bandeiras de movimentos que questionavam o domínio português, como a Inconfidência Mineira, ou de personagens que, após a independência do Brasil, desejavam o fortalecimento da unidade do país e o desenvolvimento econômico das regiões interioranas, como o Triângulo Mineiro ou o Planalto Central. Com a primeira constituição republicana (1891), a mudança ganhou maior visibilidade e mais apoiadores, tanto que em seu 3º artigo havia determinação de posse pela União de 14.400 quilômetros quadrados na região central do país pra a futura instalação do Distrito Federal.

Décadas de 1970 e 1980

Durante o período do regime militar, as modificações na organização territorial dos estados ficaram a cargo do Governo Central, e acabaram regidas por orientações políticas. Exemplos fortes disso foram a fusão do Estado da Guanabara, pelo Rio de Janeiro (1975), e o desmembramento do Sul do Mato Grosso (1977). Nesse contexto, o deputado federal Siqueira Campos iniciou uma campanha na Câmara onde pedia a redivisão territorial da Amazônia Legal (com ênfase no norte goiano), uma vez que mesmo com investimentos de projetos como o Polocentro e Polamazônia, o norte do estado ainda tinha fraco desempenho econômico.

A campanha também foi apoiada por intelectuais, por meio do surgimento da Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte), em 1981, que promoveu debates públicos sobre o assunto em Goiânia. A discussão pela divisão foi levada do nível estadual para o nível federal, onde a proposta foi rejeitada duas vezes pelo presidente José Sarney (1985), sob a alegação do Estado ser inviável economicamente.

A mobilização popular e política da região norte fizeram com que o governador eleito de Goiás, em 1986, Henrique Santillo, apoiasse a proposta de divisão, passando a ser grande articulador da questão. A efetivação dessas articulações deu-se durante a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição Nacional, promulgada em 1988, e que contemplou a criação do Estado do Tocantins, efetivamente, a partir do dia 1º de janeiro de 1989.

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

1 Resolução nº 1.007, de 20 de abril de 1999 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e institui o Plano de Classificação de Cargos da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás). 01
2 Resolução nº 1.073, de 10 de outubro de 2001 (que dispõe sobre o Regulamento Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás). 19

RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 20 DE ABRIL DE 1999 (QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E INSTITUI O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS).

RESOLUÇÃO Nº 1007, DE 20 DE ABRIL DE 1999.

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa e institui o Plano de Classificação de Cargos da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 11, § 1º, da Constituição do Estado de Goiás, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

TITULO I
DA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS
CAPÍTULO I
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º - A estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Órgão Diretivo Colegiado
1 - Mesa Diretora
1.1 - Presidência
1.2 - 1ª Vice-Presidência
1.3 - 2ª Vice-Presidência
1.4 - 1ª Secretaria
1.5 - 2ª Secretaria
1.6 - 3ª Secretaria
1.7 - 4ª Secretaria

II - Órgãos de Assessoramento aos Integrantes da Mesa Diretora
1 - Gabinete da Presidência
2 - Gabinete da 1ª Vice-Presidência
3 - Gabinete da 2ª Vice-Presidência
4 - Gabinete da 1ª Secretaria
5 - Gabinete da 2ª Secretaria
6 - Gabinete da 3ª Secretaria
7 - Gabinete da 4ª Secretaria

III - Órgãos de Assessoramento à Presidência
1. Gabinete da Presidência
1.1. Secretaria
1.2. Chefia de Gabinete
1.2.1. Secretaria
*1.3. Secretaria Geral
*1.4. Assessoria Técnica da Presidência
*Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.
*1.5. Escola do Legislativo
*1.5.1. Conselho Gestor
*1.5.2. Conselho Escolar
*1.5.3. Presidência
*1.5.3.1. Coordenadoria Geral
*1.5.3.1.1. Seção Pedagógica
*1.5.3.1.2. Seção Administrativa
*1.5.3.1.3. Seção de Projetos Especiais
*1.6. Núcleo de Informação e Divulgação da Presidência
Redação dada Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.
*2. Procuradoria Geral
*2.1. Secretaria
*Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.
2.2. Seção de Assuntos Administrativos
2.3. Seção de Assuntos Legislativos
*2.4. Seção de Assuntos Judiciais
** Redação dada pela Resolução nº. 1260, de 17 de março de 2009.*
*3. Secretaria da Polícia Legislativa
*3.1. Divisão de Policiamento, Informações e Controle Operacional
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
*4. Secretaria de Assuntos Institucionais
*4.1. Secretaria
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
*5. Secretaria de Articulação Política
*5.1. Secretaria
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
*6. Secretaria de Controle Interno
*6.1. Secretaria
** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*
*7. Diretoria Geral
*7.1. Secretaria
*7.2. Assessoria da Diretoria Geral
*7.2.1. Seção de Apoio Administrativo
*7.2.2. Seção de Redação e Publicação
*7.3. Comissão Permanente de Licitação
*7.4. Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais
*7.4.1. Secretaria
** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*

IV - Órgão de Apoio Direto à Ação Parlamentar
*1. Diretoria Parlamentar
*1.1. Secretaria
*1.2. Coordenadoria de Apoio Parlamentar
*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.
*1.2.1. Seção de Procedimentos Legislativos Preliminares
*1.2.2. Seção de Procedimentos Legislativos Finais
*1.2.3. Seção de Assistência ao Plenário
*1.2.4. Seção de Taquigrafia
*1.2.5. Seção de Revisão
*1.2.6. Seção de Audiofonia
*1.2.7. Seção de Atividades do Plenário
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*

2. Diretoria Legislativa
2.1. Secretaria
*2.2. de Apoio Legislativo
*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.
*2.2.1. Seção de Apoio às Comissões Técnicas
*2.2.2. Seção de Assessoramento Temático
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
*2.2.3. Seção de Apoio à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento
Redação dada pela Resolução 1489, de 18 de dezembro de 2014.
V - Órgãos de Apoio Indireto à Ação Parlamentar
*1. Diretoria de Recursos Humanos
*1.1. Secretaria
*1.2. Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos
*1.2.1. Seção de Avaliação
*1.2.2. Seção de Registro e Cadastro
*1.3. Divisão de Saúde e Promoção Social
*1.3.1. Seção de Serviços Médicos
*1.3.2. Seção de Serviços Odontológicos
*1.3.3. Seção de Serviços Laboratoriais
*1.3.4. Seção de Serviços Sociais
*1.3.5. Seção de Serviços Especiais de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011 e Resolução 1489, de 18 de dezembro de 2014.*
*2. Diretoria Administrativa
*2.1. Secretaria
*2.2. Divisão Administrativa
*2.2.1. Seção de Protocolo e Arquivo
*2.2.2. Seção de Patrimônio e Material
*2.2.3. Seção de Reprografia
*2.2.4. Seção de Manutenção e Limpeza
*2.2.5. Seção de Transporte
*2.2.6. Seção de Ambientação e Projetos
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
*3. Diretoria Financeira
*3.1. Secretaria
*3.2. Divisão de Apoio Financeiro
3.2.1. Seção de Planejamento e Orçamento
*3.2.2. Seção de Contabilidade
*3.2.3. Seção de Folha de Pagamento
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011 e Resolução 1489, de 18 de dezembro de 2014.*
*4. Diretoria de Comunicação Social
*4.1. Secretaria
*4.2. Divisão de Comunicação Social
*4.2.1. Agência Assembleia de Notícias
*4.2.2. Seção de Televisão e Rádio
*4.2.3. Seção de Cerimonial
*4.2.4. Seção de Atividades Culturais
*4.2.5. Seção de Design Gráfico
** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*
**5. Diretoria de Tecnologia da Informação*
**5.1. Secretaria*
**5.2. Divisão de Infraestrutura*
**5.2.1. Seção de Suporte ao Usuário*
**5.2.2. Seção de Segurança da Informação*
**5.3. Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informações*
**5.3.1. Seção de Administração de Dados*
**5.3.2. Seção de Programação Web*
** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*
**6. Gerência de Planejamento Estratégico e Qualidade*
**6.1. Secretaria*
**6.2. Divisão de Gestão de Processos e Planejamento*
**6.3. Divisão de Economia, Pesquisa e Estatística*
** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*

CAPÍTULO II
ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS E DE SUAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
SEÇÃO I
ÓRGÃO DIRETIVO COLEGIADO

Art. 2º - À Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás compete, na qualidade de órgão Diretor Colegiado, a direção e supervisão das atividades legislativas e dos serviços administrativos desenvolvidos pelas Unidades Administrativas.

Art. 3º - À Presidência compete, em matéria administrativa:

I - dirigir e representar a Assembleia Legislativa;

II - orientar e supervisionar os serviços da Assembleia Legislativa;

III - prover a polícia interna da Assembleia Legislativa;

IV - delegar competência aos auxiliares de sua confiança;

V - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, salários-família, licença, por em disponibilidade, demitir e aposentar servidores, bem como

praticar, em relação ao pessoal contratado, atos equivalentes;

VI - autorizar despesas;

VII - autorizar a abertura de concorrências;

VIII - interpretar, conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do Regulamento dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa;

Parágrafo único - À Secretaria da Presidência compete providenciar o expediente, a representação social e as audiências do Presidente e executar serviços auxiliares que, por este, forem determinados.

SEÇÃO II
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO AOS INTEGRANTES DA MESA DIRETORA

Art. 4º - Aos Gabinetes dos Secretários compete desempenhar os trabalhos de expediente, audiência e outros determinados pelos respectivos titulares.

NOVA CONCURSOS

Art. 5º - Aos Gabinetes dos Vice-Presidentes e dos Líderes compete prestar assistência aos respectivos titulares nos trabalhos que lhes são inerentes, bem como aos integrantes das respectivas bancadas.

SEÇÃO III
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO À PRESIDÊNCIA

Art. 6º - À Chefia de Gabinete da Presidência compete:

I- prestar assessoramento direto ao Presidente da Assembleia Legislativa quanto às solicitações de audiência, expediente interno e apoio administrativo;

II- exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente;

III- fixar a lotação do pessoal do Gabinete e distribuir os serviços aos auxiliares que nele trabalham;

IV- assinar as correspondências que não forem privativas do Presidente;

V- auxiliar na organização da agenda de trabalho do Presidente, conciliando com sua agenda de audiências;

***Art. 7º -** À Secretaria Geral da Presidência, compete:

*I - despachar com o Presidente;

* Redação dada pela Resolução 1489, de 18 de dezembro de 2014.

II - cuidar da correspondência e representação oficial da Presidência;

III - controlar a elaboração e expedição das correspondências e expediente interno da Presidência da Assembleia Legislativa;

Parágrafo único - À Secretaria compete providenciar o expediente, a representação social e as audiências do Chefe de Gabinete e executar serviços auxiliares que, por este, forem determinados.

***Art. 8º -** À Assessoria Técnica da Presidência compete:

I - dar parecer nos processos e assuntos que lhe forem encaminhados pelo Presidente e informar os processos em tramitação no Gabinete;

II - promover a elaboração e expedição dos atos e das correspondências oficiais da Presidência da Assembleia Legislativa;

III - prestar informações e esclarecimentos que se fizerem necessários em processos pendentes de deliberação do Presidente ou da Mesa;

IV - assessorar o Presidente em assuntos externos ligados aos órgãos da administração pública;

V - dar despachos interlocutórios nas petições e requerimentos dirigidos à Presidência;

VI - prestar, por designação da Presidência, assessoria às Presidências das Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias.

** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*

Art. 9º - A Procuradoria Geral, subordinada diretamente à Presidência, é organizada segundo disposições estabelecidas em resolução própria que também define a sua competência e a carreira do Procurador da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 11, §§ 3º e 4º da Constituição do Estado de Goiás.

~~Art. 10º.~~ *Revogado*

Revogado pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.

***Art.10-A.** À Secretaria de Controle Interno, subordinada diretamente à Presidência da Mesa Diretora, responsável pelo sistema de controle interno do Poder Legislativo Estadual, compete exercer as funções de controle e auditoria contábil, financeira, patrimonial e operacional no âmbito da Assembleia Legislativa, e especialmente:

*Redação dada pela e Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

I – verificar e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução da lei de diretrizes orçamentárias e a dos programas e orçamentos anuais da Assembleia Legislativa;

II – comprovar a legalidade e avaliar resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e da aplicação dos recursos públicos destinados à Assembleia Legislativa;

III – examinar os processos relacionados com licitações ou suas dispensas e inexigibilidades bem como os contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela Assembleia Legislativa e fiscalizar-lhes a execução;

IV – avaliar a eficiência e a eficácia dos registros e controles internos dos atos e fatos que impliquem em despesas ou obrigações para a Assembleia Legislativa, propondo, quando for o caso, o aprimoramento dos mesmos;

V – verificar a exatidão e a eficiência dos atos de admissão e desligamento de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão, encaminhando-os ao Tribunal de Contas do Estado para apreciação;

VI – verificar a prestação de contas relativa à movimentação de suprimentos de fundos e adiantamentos;

VII – alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões, erros e descumprimentos de normas e procedimentos;

VIII – analisar, avaliar, elaborar relatórios e emitir certificados de auditoria sobre tomadas e prestações de contas da Assembleia Legislativa a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado;

IX – realizar auditorias especiais, ou outras tarefas correlatas, por determinação da Mesa ou a requerimento de parlamentar, aprovado pelo Plenário;

X – apoiar, quando solicitado, o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

*XI - proceder o exame das folhas de pagamento dos Parlamentares, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*XII - promover verificações, conferências, glosas e demais providências referentes ao regular processamento da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar -CEAP- e outros reembolsos aos Parlamentares, de acordo com a legislação vigente;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*XIII - zelar pela eficácia da administração, assegurando o cumprimento dos preceitos normativos e a eficiente aplicação dos recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento e otimização dos resultados da gestão;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*XIV - fiscalizar e avaliar os resultados, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*XV - articular-se com os órgãos de controle interno dos demais Poderes e Órgãos Autônomos;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*XVI - expedir os atos contendo instruções normativas complementares sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais para os órgãos da Assembleia Legislativa.

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

§ 1º Revogado pela Resolução nº. 1463, de 26 de junho de 2014.

§ 2º Revogado pela Resolução nº. 1463, de 26 de junho de 2014.

*§ 3º Para o exercício das competências da Secretaria, poderá o Secretário de Controle Interno requisitar formalmente, a quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa, informações, documentos e processos, que deverão ser fornecidos no prazo estabelecido na requisição.

*Redação dada pela e Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*§ 4º À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Secretário de Controle Interno.

**Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*

*Art. 10-B. À Secretaria de Assuntos Institucionais, subordinada diretamente à Presidência, compete:

*I - coordenar as relações institucionais com entidades representativas da sociedade civil;

*II - desenvolver políticas de valorização do Poder Legislativo Estadual;

*Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.

*III - sugerir programas e projetos de modernização da Assembleia Legislativa;

*Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

IV - assessorar a Presidência em assuntos de interesses institucionais;

*Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.

*V - implementar o Projeto de Integração, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo, instituído pela Resolução nº. 1256, de 2 de dezembro de 2008, e outros que vierem a ser criados pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

* Redação dada pela Resolução nº.1416, de 07 de março de 2013.

*VI - preparar cronogramas, formas de execução e metodologias para a efetivação dos projetos especiais da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

* Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*VII - requisitar recursos humanos, instrumentos e materiais de consumo necessários para o desempenho de suas funções;

* Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

*VIII - relatar ao Diretor Geral, de forma detalhada, os projetos e atividades de responsabilidade da Secretaria para Assuntos Institucionais.

* Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.

Parágrafo único. À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Secretário para Assuntos Institucionais.

** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*

*Art. 10-C. À Secretaria de Articulação Política compete:

I - coordenar as relações institucionais, no contexto político, com órgãos públicos municipais, estaduais e federais;

II - assessorar a Presidência em missões de representação junto a outras instituições.

Parágrafo único. À Secretaria compete providenciar o expediente e executar os serviços auxiliares que lhe forem determinados pelo Secretário de Articulação Política.

** Redação dada pela Resolução nº. 1324, de 23 de março de 2011.*

*Art.10-D. Ao Núcleo de Informação e Divulgação da Presidência, com responsabilidades, deveres e prerrogativas de Secretaria, subordinada diretamente à Presidência da Mesa Diretora, compete:

*I - coordenar a equipe de jornalistas que cobrem as atividades da Presidência;

*II - produzir fotografias e textos informativos da Presidência a serem enviados aos veículos de comunicação do Estado de Goiás e de outras Unidades da Federação;

*III - auxiliar ao Presidente na redação de discursos, artigos, prefácios e outros textos de caráter jornalístico ou não;

*IV - acompanhar e assessorar, quando solicitado, o Presidente em entrevistas e outros eventos;

*V - prestar, por ordem da Presidência, as informações requeridas pelos veículos de comunicação, por outros órgãos públicos ou por entidades privadas acerca de assuntos institucionais do Poder Legislativo Estadual;

*VI - assistir ao Presidente e demais membros da Mesa Diretora em assuntos correlatos.

** Redação dada pela Resolução nº. 1416, de 07 de março de 2013.*

Art. 11 - À Diretoria Geral, subordinada diretamente à Presidência, compete:

I- cumprir e fazer cumprir as normas da presente resolução, coordenando e supervisionando as Diretorias e os demais órgãos da Secretaria a si subordinados;

II- dirigir e fiscalizar os serviços administrativos;

III- fazer cumprir as disposições regulamentares;

IV- baixar ordens de serviço;

V- assinar as folhas de pagamento e as notas de empenho, bem como outros documentos de contabilidade;

VI- visar os papéis e as certidões passadas pela Secretaria;

VII- assinar as guias de recolhimento e notas de anulação de despesas;